



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Rua Estanislau Eloy, s/nº - Bairro Castelo Branco
João Pessoa-PB, CEP 58050-585
- <http://hulw-ufpb.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23539.019691/2025-17

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Trata-se da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA** de equipamentos médicos hospitalares (incluindo Raios X fixos e móveis, Tomógrafo computadorizado, Mamógrafo, Ultrassonografia, Ressonância Magnética, Negatoscópios, Monitores, Leitoras CR e Equipamentos de proteção individual), para atender a demanda do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), conforme tabela a seguir:

GRUPO	ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIPTIVO COMPLEMENTAR	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
	1	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ), LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR), RADIAÇÃO DE FUGA (RF)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ), LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR), RADIAÇÃO DE FUGA (RF) de Aparelho de Raios X Fixo;	UND	1
	2	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ), LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR), RADIAÇÃO DE FUGA (RF)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ), LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR), RADIAÇÃO DE FUGA (RF) de Aparelho de Angiografia	UND	1
	3	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ), LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR), RADIAÇÃO DE FUGA (RF)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ), LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR), RADIAÇÃO DE FUGA (RF) de Aparelho de Raios X Periapical	UND	1
	4	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ), LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR), RADIAÇÃO DE FUGA (RF)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ), LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR), RADIAÇÃO DE FUGA (RF) de Aparelho de Raios X Panorâmico	UND	1
	5	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ), LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR), RADIAÇÃO DE FUGA (RF)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ), LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR), RADIAÇÃO DE FUGA (RF) de Aparelho de Raios X	UND	1

1			LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR), RADIAÇÃO DE FUGA (RF)	Telecomandado		
	6	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) e RADIAÇÃO DE FUGA (RF)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) e RADIAÇÃO DE FUGA (RF) de Aparelhos de Raios X Móvel (CR)	UND	3
	7	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) e RADIAÇÃO DE FUGA (RF)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) e RADIAÇÃO DE FUGA (RF) de Aparelhos de Raios X Móvel (DR)	UND	2
	8	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) e RADIAÇÃO DE FUGA (RF)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) e RADIAÇÃO DE FUGA (RF) de Arco Cirúrgico	UND	2
	9	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ), LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ), LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR) de Tomografia Computadorizada.	UND	1
	10	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR)	LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO (LR) de Salas do Centro Cirúrgico	UND	6
	11	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) de Equipamento de Ressonância Magnética	UND	1
	12	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) de Aparelhos de Ultrassom	UND	17
	13	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) de Negatoscópios	UND	5
	14	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detectores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) de Salas de iluminação das salas de laudos	UND	3
			Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos			

15	13846	Detecutores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) de Pares de Monitores de alta resolução	UND	2
16	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detecutores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) de Leitora de CR	UND	1
17	13846	Aferição / Controle de Qualidade de Aparelhos Detecutores/Emissores - Luz / Calor / Radiação / Som / Vibração - CONTROLE DE QUALIDADE (CQ)	CONTROLE DE QUALIDADE (CQ) de EPIs (Equipamentos de proteção individual)	UND	60

1.2. A Seleção do Prestador se dará através de Licitação, na modalidade Pregão Tradicional, na forma Eletrônica, uma vez que os itens a serem contratados são de natureza comum e seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado, conforme preconizado no inciso IV do Art. 32 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no inciso IV do Art. 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

1.3. Os serviços serão contratados por demanda, visando atender à periodicidade disposta na RDC nº 611 MS/ANVISA e suas respectivas Instruções Normativas.

1.4. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A EBSEH é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.

2.2. O HULW-UFPB/EBSEH é um órgão suplementar da Universidade Federal do Paraíba (UFPB) e que faz parte da rede EBSEH de hospitais universitários federais. O HULW é o maior hospital universitário da Paraíba, sendo referência em vários serviços de saúde atende exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o qual o classifica com o nível de terciário.

2.3. O HULW-UFPB/EBSEH presta assistência integral aos usuários do SUS referenciados através do Complexo Regulador da Secretaria Municipal da Saúde de João Pessoa. A assistência à saúde prestada pelo Hospital garante a realização de todos os procedimentos necessários para o atendimento integral das necessidades direcionadas pelo sistema.

2.4. A presente licitação trata-se da contratação, por um período de 12 meses, de empresa especializada para prestação continuada de serviços de controle de qualidade de equipamentos de diagnóstico por imagem e proteção radiológica, de acordo com as normas:

2.4.1. Resolução RDC nº 611, de 09 de março de 2022 - Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

2.4.2. IN nº 90/2021 - ANVISA - dispõe sobre os requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiografia médica convencional;

2.4.3. IN nº 91/2021 - ANVISA - dispõe sobre os requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de fluoroscopia e de radiologia intervencionista;

2.4.4. IN nº 92/2021 - ANVISA - dispõe sobre os requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de mamografia;

2.4.5. IN nº 93/2021 - ANVISA - dispõe sobre os requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de tomografia computadorizada médica;

2.4.6. IN nº 94/2021 - ANVISA - dispõe sobre os requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica extraoral;

2.4.7. IN nº 95/2021 - ANVISA - dispõe sobre os requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica intraoral;

2.4.8. IN nº 96/2021 - ANVISA - dispõe sobre os requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de ultrassom diagnóstico ou intervencionista;

2.4.9. IN nº 97/2021 - ANVISA - dispõe sobre os requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de ressonância magnética nuclear;

2.5. A execução do serviço solicitado é necessária para atender às demandas da legislação, assegurar a qualidade dos equipamentos de diagnóstico por imagem utilizados no HULW e garantir a proteção radiológica dos colaboradores do hospital, bem como de pacientes e seus acompanhantes.

2.6. O uso de Equipamentos de Proteção Individual pelos colaboradores que atuam em áreas sujeitas à exposição por radiação ionizante na Norma Regulamentadora nº 32, NR32, do Ministério do Trabalho, publicada em Portaria GM n.º 1.748, de 30 de agosto de 2011, DOU 31/09/11 - "Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde".

2.7. Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH- RLCE 2.0;

2.8. Norma CNEN NN 3.01, Resolução 164/14, Março/2014 - Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica - Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Os testes serão realizados sob demanda e a proposta de preços deverá conter os valores unitários da realização dos testes dos equipamentos descritos na Tabela 1 deste Termo de Referência.

3.2. A instrumentação necessária para a execução dos testes de aceitação e constância, levantamento radiométrico e medidas de radiação de fuga deve ser utilizada em conformidade com os protocolos nacionais oficiais ou internacionais dos quais o Brasil seja signatário e/ou recomendações dos fabricantes. Instrumentação de teste utilizada fora das recomendações de protocolos ou do fabricante não serão aceitos;

3.3. Os testes devem ser realizados por profissional legalmente habilitado da CONTRATADA, com suas competências atribuídas por lei e que cumpra todos os requisitos legais para o exercício da profissão, conforme normativas nacionais vigentes para cada modalidade de equipamento médico a ser testado;

3.4. Considerando a Lei nº 13.691, de 10 de julho de 2018, que dispõe sobre o exercício da profissão de físico e dá outras providências, os testes nos equipamentos da instituição devem ser realizados por profissional de nível superior, com diploma em Física ou Física Médica, registrado e fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Título ou Certificado de Especialista em Radiodiagnóstico, emitido pela Associação Brasileira de Física Médica (ABFM) ou instituições de residência uni ou multiprofissional reconhecidas pelo MEC;

3.5. Será de responsabilidade da CONTRATADA a verificação e controle da periodicidade de realização dos testes e a validade de acordo com as normativas nacionais vigentes para cada modalidade;

3.6. As visitas técnicas deverão ser agendadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos através de contato por e-mail definido previamente entre as partes;

3.7. No corpo do e-mail ou em seus anexos, devem ser informados todos os equipamentos a serem avaliados, sugestões de datas e horários e o tempo necessário para realizar cada avaliação;

3.8. O serviço de verificação será prestado no Hospital Universitário Lauro Wanderley, sito à rua Tabelação Estanislau Eloy, 585, Castelo Branco, João Pessoa - PB, CEP 58050-585;

3.9. O serviço deverá ser prestado preferencialmente de segunda à sexta-feira, das 07h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Outros dias e horários poderão ser aceitos mediante acordo e concordância entre ambas as partes;

3.10. Quando da ocorrência de manutenções corretivas que necessitem de nova aferição dos equipamentos, a CONTRATADA será acionada para que seja feita uma nova visita para controle de qualidade e/ou levantamento radiométrico sem ônus adicional ao HULW, respeitando o prazo estabelecido no item 3.6;

3.11. Os custos das visitas adicionais após as manutenções corretivas deverão ser previstos pela CONTRATADA na proposta de preços enviada;

3.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar os relatórios dos testes realizados por meio digital em, no máximo, 30 (trinta) dias corridos após a data de realização dos testes;

3.13. A disponibilização dos relatórios deverá ser por e-mail previamente definido entre as partes e/ou através de sistema online de gestão de relatórios, cujo acesso deverá ser fornecido à CONTRATANTE pela CONTRATADA, sem ônus adicional para o hospital;

3.14. Os relatórios dos testes devem conter a identificação clara da marca, modelo, número de série e fotografia datada do equipamento, bem como a identificação do Hospital Universitário Lauro Wanderley, do responsável técnico da unidade e da identificação e assinatura do profissional legalmente habilitado responsável pela execução e avaliação dos testes;

3.15. Os relatórios devem conter a data de realização e validade dos ensaios, especificação clara dos testes realizados, métodos de ensaio (referências), resultados, tabela resumo com identificação de todos os testes realizados com os respectivos resultados em termos de conformidade, avaliação, observações pertinentes sobre os testes e os certificados de calibração dos equipamentos utilizadas nos ensaios;

- 3.16. Os certificados de calibração dos instrumentos devem estar incorporados aos relatórios emitidos;
- 3.17. Após emissão e envio dos relatórios para a CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal referente aos serviços prestados, discriminando os valores unitários para cada equipamento avaliado no dia da visita técnica;
- 3.18. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Proposta:

- 4.1.1. A licitante deverá apresentar sua Proposta de Preços especificando o valor do serviço por unidade;
- 4.1.2. Deverá constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento;
- 4.1.3. O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal;
- 4.1.4. Nos preços cotados dos serviços deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte, mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação, proposta.
- 4.1.5. Para participação neste Pregão deverão ser observados:
- 4.1.5.1. A Política de Transações com partes relacionadas da EBSEH atualizada está disponível em: <https://www.gov.br/EBSEH/pt-br/governanca/governancacorporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;
- 4.1.5.2. A participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa nº 03, de 2018;
- 4.1.6. O fornecedor a ser contratado não pode incorrer em quaisquer das vedações previstas no art. 69 do RCL 2.0 e no art. 18, XI, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 4.1.6.1. Observar que, por ser a monitoração individual externa de doses de radiação de indivíduos ocupacionalmente expostos obrigatória por Lei, o serviço sendo contratado possui natureza continuada.

5. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 5.1. O licitante vencedor assinará contrato com validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, até o limite legal de 5 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração com base no Art. 71, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Art. 147 e 148 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, de abril de 2022, sendo vedado o contrato por prazo indeterminado.
- 5.1.1. A denúncia contratual, concedido um aviso prévio, poderá ser realizada a qualquer tempo, desde que preservado um prazo inicial mínimo, antes que se efetive a extinção do contrato;

6. REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. Emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento
- 6.1.1. O HULW-UFPB/EBSEH emitirá Nota de Empenho para formalizar a contratação, que será encaminhada ao fornecedor.
- 6.1.2. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento/Prestação de serviço, o fornecedor deve enviar a previsão de realização do serviço em até 5 (cinco) dias úteis para a equipe de fiscalização, por e-mail, contendo:
- 6.1.3. Número do Documento Fiscal;
- 6.1.4. Data de emissão do Documento Fiscal.
- 6.2. Condições de entrega:
- 6.2.1. A contratada deve manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de divulgação do certame licitatório.
- 6.2.2. O contrato de prestação dos serviços não poderá ser transferido, no todo ou parte, a outra empresa sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

6.2.3. É permitida a cessão de créditos decorrentes da presente contratação, desde que previamente comunicada à CONTRATANTE e observados os requisitos do art. 160 do RCLE 2.0.

6.2.4. A administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com os termos do edital e seus anexos.

6.3. Recebimento e aceitação do objeto:

6.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

6.3.2. No prazo de até 5 *dias* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

6.3.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

6.3.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar as revisões finais que se fizerem necessários.

6.3.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

6.3.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.3.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.3.3.2. No prazo de até 10 (*dez*) dias a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

6.3.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único empregado/servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.3.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.3.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

6.3.4. No prazo de até 10 (*dez*) dias a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

6.3.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.3.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.3.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

6.3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

6.3.6. 6.4.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades."

6.4. Regime de execução:

6.4.1. Os testes de controle da qualidade e proteção radiológica serão contratados sob REGIME DE

EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, conforme segue:

6.4.1.1. A contratada receberá pela execução da avaliação de cada equipamento (realizado em cada visita técnica) conforme tabela de preços unitários estabelecida na proposta de preços, sendo o pagamento mensal correspondente aos equipamentos efetivamente avaliados naquele mês.

EXEMPLOS PRÁTICOS:

Exemplo 1 – Testes Periódicos de Radiografia

- Preço unitário: R\$ 1.200,00 por teste de Radiologia Diagnóstica (CQ+LR+RF)
- Janeiro: 2 visitas = 2 testes = R\$ 2.400,00
- Fevereiro: 1 visita = 1 teste = R\$ 1.200,00
- Pagamento mensal proporcional aos testes executados.

Exemplo 2 – Testes Adicionais Pós-Manutenção Corretiva

- Equipamento X sofreu manutenção corretiva em 15 de março
- Contratada acionada para novo teste de qualidade (sem ônus adicional ao HUB)
- Custo já previsto no preço global anual da proposta
- Teste realizado em 25 de março, incluído na fatura de março.

Exemplo 3 – Equipamento Fora de Funcionamento

- Equipamento Y permanece desligado durante mês de abril
- Não há teste a realizar naquele equipamento naquele mês
- Fatura mensal não inclui teste daquele equipamento
- Quando equipamento retornar ao funcionamento, novo teste é agendado normalmente.

6.4.2. Justificativa do Regime:

6.4.2.1. A escolha do regime por preço unitário justifica-se pela:

6.4.2.1.1. Variabilidade mensal de testes (conforme necessidade e disponibilidade dos equipamentos);

6.4.2.1.2. Flexibilidade para solicitar testes adicionais pós-manutenções corretivas;

6.4.2.1.3. Transparência de custos (pagamento apenas por testes efetivamente executados);

6.4.2.1.4. Alinhamento com realidade operacional do hospital (equipamentos não estão 100% disponíveis permanentemente).

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.2. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento será realizada de acordo com a unidade, da Tabela 1: Descrição do objeto.

7.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por funcionários, equipe de fiscalização ou único funcionário, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

7.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das falhas, faltas e irregularidades constatadas.

7.5. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

7.7. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação."

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os serviços efetivamente entregues, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

8.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.5. Constatada a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.9. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

8.11. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

8.12. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (*Índice Nacional de Preços ao Consumidor*) ou índice que vier a substituí-lo, conforme art. 120 do RCLC 2.0, incidindo exclusivamente sobre a mão de obra, mantendo-se fixo o custo de equipamentos e materiais de teste.

8.13. Índice de Medição de Resultados - IMR

8.13.1. Durante a verificação da conformidade na entrega dos serviços, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

Índice de Medição de Resultados - IMR

Indicador 1 - Tempestividade de Entrega de Relatórios	
Item	Descrição
Finalidade	Entrega de relatórios técnicos dos testes realizados
Meta a cumprir	Entrega em até 30 dias corridos após a realização dos testes.
Instrumento de Medição	Relatórios entregues
Forma de Acompanhamento	Pela documentação comprobatória
Periodicidade	Mensal, após realização dos testes
Mecanismo de Cálculo	(dias decorridos) = (data de entrega dos relatórios) - (data de realização dos testes)
Início da Vigência	Data da Assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	a) 100% de conformidade (entrega até 30 dias): Sem redução; b) 90-99% de conformidade (até 40 dias): 2% de redução no pagamento mensal; c) 80-89% de conformidade (até 50 dias): 5% de redução no pagamento mensal; d) Abaixo de 80% (acima de 50 dias): 10% de redução no pagamento mensal.
Sanções	Rescisão contratual após 60 dias de atraso.

Indicador 2 - Completude e Qualidade dos Relatórios

Item	Descrição
Finalidade	Conformidade do relatório técnico com requisitos do item 2.4 do TR
Meta a cumprir	100% de relatórios conforme (contendo todos os itens obrigatórios: 1 - identificação do equipamento, 2 - data de realização, 3 - metodologia, 4 - resultados, 5 - certificados de calibração, 6 - assinatura do responsável técnico)
Instrumento de Medição	Relatórios entregues
Forma de Acompanhamento	Pela documentação comprobatória
Periodicidade	Mensal, após realização dos testes
Mecanismo de Cálculo	Percentual de itens obrigatórios presentes
Início da Vigência	Data da Assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	a) 100% dos relatórios conforme: Sem redução; b) 80-99% de conformidade: 1% de redução no pagamento mensal; c) 65-80% de conformidade: 3% de redução no pagamento mensal.
Sanções	Abaixo de 65%: 5% de redução no pagamento mensal ou exigência de reexecução dos testes em ônus.

Indicador 3 - Conformidade com Cronograma de Visitas Técnicas	
Item	Descrição
Finalidade	Respeito ao cronograma de visitas agendadas
Meta a cumprir	Realização de 100% das visitas agendadas conforme data/horário preestabelecido.
Instrumento de Medição	Registro de data/horário de realização da visita técnica
Forma de Acompanhamento	Registro realizado no momento do início da visita
Periodicidade	A cada visita
Mecanismo de Cálculo	Percentual de pontualidade [(data e horário agendados)-(data e horário da visita)]/(data e horário agendados)
Início da Vigência	Data da Assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	a) 100% de conformidade: Sem redução; b) 95-99% de conformidade: 1 % de redução no pagamento mensal; c) 90-94% de conformidade: 2 % de redução no pagamento mensal; d) Abaixo de 90%: 5% de redução no pagamento mensal;
Sanções	Abaixo de 70% de conformidade: acionamento de cláusula de rescisão.

Indicador 4 - Disponibilidade de Responsável Técnico Qualificado	
Item	Descrição
Finalidade	Presença de profissional com qualificação exigida em cada visita
Meta a cumprir	100% de visitas realizadas por profissional qualificado
Instrumento de Medição	Acompanhamento da visita
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da visita
Periodicidade	Mensal, a cada visita
Mecanismo de Cálculo	Percentual de visitas realizadas por Responsável Técnico Qualificado
Início da Vigência	Data da Assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	a) 100% de conformidade: Sem redução; b) 95-99% de conformidade: 2 % de redução no pagamento mensal; c) Abaixo de 95% de conformidade: 5% de redução no pagamento mensal;
Sanções	Abaixo de 80% de conformidade: Rescisão contratual.

8.13.2. METODOLOGIA DE CÁLCULO E APLICAÇÃO DO IMR:

8.13.2.1. O IMR será avaliado mensalmente pelo Fiscal Técnico;

8.13.2.2. Reduções de pagamento serão aplicadas sobre o valor mensal da nota fiscal referente aos testes executados naquele mês;

8.13.2.3. Redução máxima acumulada: 10% por mês;

8.13.2.4. A contratada terá direito a 2 dias úteis para justificar não atingimento de meta antes de aplicação de redução;

8.13.2.5. Ocorrência de não conformidade em 2 meses consecutivos autoriza rescisão contratual por descumprimento.

9. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

9.1. O procedimento de contratação será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o Inciso IV, Art. 4º, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH - RLCE 2.0.

9.2. O objeto a ser licitado na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do Art. 32, inciso IV, da Lei n.º 13.303/2016, trata-se de serviços comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

10.1. Critério de julgamento:

10.1.1. Será utilizado o critério de julgamento menor preço, nos termos do Art. 54, inciso I, do RLCE 2.0, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório.

10.2. Modo de disputa:

10.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto e fechado, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.3. Condições de participação:

10.3.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:

a) As precisões constantes no art. 69 do RLCE 2.0 e no art. 18, XI, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) A Política de Transações com partes relacionadas da EBSEH atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/EBSEH/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;

c) A participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no Art. 9º da Instrução Normativa nº 03, de 2018;

d) O previsto no Art. 4º, inciso VI, do RLCE 2.0:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela EBSEH:
(...) VI - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da EBSEH, que guardem pertinência com o objeto da contratação.

10.4. Condições de habilitação:

10.4.1. Deverão ser observados os requisitos de habilitação definidos no Art. 65 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH - RLCE 2.0, bem como os definidos no Edital, tais como:

10.4.1.1. Habilitação jurídica:

10.4.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.1.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

10.4.1.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.1.1.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.4.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.4.1.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação;

10.4.1.1.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.4.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.4.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão

expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.1.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.4.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

10.4.1.2.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

10.4.2. Qualificação Econômico-Financeira:

10.4.2.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.4.2.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.4.2.2.1. aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

10.4.2.2.2. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (art. 3º do Decreto n.º 8.538/2015);

10.4.2.2.3. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.4.2.2.4. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

10.4.2.2.5. os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.2.2.6. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.4.2.2.7. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Ebserh, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 5% (dez por cento) do valor da proposta apresentada para o item pertinente.

10.5. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS PARA HABILITAÇÃO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.5.1. A licitante deverá apresentar, para fins de qualificação técnico-profissional, atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, conforme segue:

10.5.1.1. Quantidade mínima: 2 (dois) atestados comprovando execução de serviços similares de controle de qualidade radiológica em equipamentos médicos hospitalares, nos últimos 3 anos.

10.5.1.2. Valor mínimo referenciado: Atestados referentes a contratos com valor individual mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado total desta contratação.

10.5.1.3. Período de realização: Serviços executados nos últimos 3 (três) anos antecedentes à data de publicação do edital.

10.5.1.4. JUSTIFICATIVA: Exigência reduzida de originais 50% para 25-30% considerando dificuldade de empresas menores em apresentar muitos atestados, alinhamento com jurisprudência TCU (Acórdão nº 1.321/2020-Plenário) e equilíbrio entre comprovação de experiência e não-restrição excessiva.

10.5.2. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA LIMITADOS

10.5.2.1. A exigência de atestados de capacidade técnica fica limitada às parcelas/atividades de maior relevância ou valor significativo, objetivamente definidas, consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

10.5.2.2. Exemplo: Se valor total estimado é R\$ 88.000, exigência de atestado aplica-se apenas a testes com valor superior a R\$ 3.520.

10.5.2.3. Quantidade máxima de atestados exigidos: 50% (cinquenta por cento) das parcelas de valor significativo.

10.5.2.4. VEDAÇÕES: Não são admitidas limitações de:

10.5.2.4.1. Tempo ou data específica dos atestados (apenas período máximo de 3 anos);

10.5.2.4.2. Localidade específica (atestados de qualquer região do país são aceitos);

10.5.2.4.3. Número de funcionários da licitante à época da execução.

10.5.2.5. EXCEÇÃO: Limitação temporal adicional será aceita apenas se houver justificativa técnica específica devidamente fundamentada (ex: norma regulatória que mudou há menos de 1 ano).

10.6. INTERVALO ENTRE LANCES

10.6.1. Conforme art. 35, X, do RLCE 2.0, o intervalo mínimo entre lances será de 0,25% do valor proposto imediatamente anterior, ressalvado o direito de lances intermediários.

11. ORÇAMENTO ESTIMADO

11.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do Art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH - RLCE 2.0 e constam do processo restrito nº 23539.025398/2025-81.

12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. Obrigações da Contratada:

12.1.1. Caberá à CONTRATADA organizar um cronograma otimizado da realização dos testes de modo a atender as legislações citadas neste termo de referência e quaisquer outras portarias, normas, resoluções e instruções normativas que venham a substituí-las ou complementá-las durante a vigência contratual;

12.1.2. Caso os equipamentos listados na Tabela 1 estejam em manutenção ou fora de funcionamento durante a visita técnica, a CONTRATADA não irá executar os testes e, portanto, não deverá constar o controle de qualidade e/ou levantamento radiométrico em nenhuma das notas fiscais emitidas;

12.1.3. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Deverá atender as condições já descritas nos itens anteriores, assim como emissão e acesso aos relatórios, conforme pactuados neste Termo de Referência;
- Deverá informar imediatamente à CONTRATANTE em caso de irregularidade na prestação dos serviços, o motivo da irregularidade e a previsão para regularização do serviço prestado;

12.1.4. A CONTRATADA deverá executar a prestação do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos;

12.1.5. A nota fiscal dos serviços prestados deverá ser emitida somente após o envio dos relatórios à CONTRATANTE;

- Somente após o aceite do relatório preliminar, que será realizado em até 5 dias úteis, por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal;
- A nota fiscal emitida pela licitante deverá conter o nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento.

12.1.6. Assinar e devolver o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento;

12.1.7. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12.1.8. Efetuar a execução do objeto, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos.

12.1.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.1.11. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12.1.12. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante.

12.1.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais,

comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

12.1.14. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe totalmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo HULW-UFPB/EBSERH;

12.1.15. Manter, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos do HULW-UFPB/EBSERH de que venha tomar conhecimento ou ter acesso ou que venha a ser-lhe confiados sejam relacionados ou não com o objeto do contrato;

12.1.16. Comunicar à contratante, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias quaisquer alterações ocorridas no contrato social mediante apresentação de documentos comprobatórios. Comunicar, também, imediatamente, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros meios necessários para recebimento de correspondência;

12.1.17. A inadimplência da licitante em relação aos encargos por ela devidos, não transfere a responsabilidade do pagamento à Administração do HULW-UFPB/EBSERH, nem poderá onerar o objeto deste Termo de Referência.

12.1.18. É dever da contratada comunicar ao hospital no prazo de 5 (cinco) úteis a ocorrência de fato ou ato impeditivo ou retardador da execução do contrato/fornecimento, a contar da ciência/conhecimento pela empresa, sob pena de incidir em inadimplemento, sujeito às cominações legais e contratuais.

12.1.19. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.1.20. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.1.21. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.1.22. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato;

12.1.23. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

12.1.24. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.1.25. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.1.26. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.1.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.1.28. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.1.29. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

12.1.30. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 171 do RLCE 2.0.;"

12.1.31. Obrigações Gerais da Contratada:

12.1.31.1. Executar os testes conforme cronograma previamente acordado e legislação aplicável;

12.1.31.2. Manter registro de todos os materiais, equipamentos e profissionais utilizados;

12.1.31.3. Fornecer cópia de relatórios técnicos em formato digital (.pdf ou compatível);

12.1.31.4. Manter confidencialidade de dados de pacientes conforme Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e legislação de proteção de dados;

12.1.31.5. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade e conformidade dos testes executados.

12.2. Obrigações da Contratante:

12.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

12.2.2. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos serviços.

12.2.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

12.2.4. Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta.

12.2.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

12.2.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de equipe/empregado especialmente designado.

12.2.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital.

12.2.8. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos contratos decorrentes da licitação em tela, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.2.9. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

12.2.10. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.3. Penalidades por Atraso na Garantia Contratual

12.3.1. A contratada deverá apresentar garantia contratual (conforme art. 139 do RLCE 2.0) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato, sob pena de multa de 0,07% (sete décimos por cento) por dia corrido de atraso, incidindo sobre o valor mensal estimado da contratação, limitada a 2% (dois por cento) do valor total do contrato.

12.3.2. Após 25 (vinte e cinco) dias de atraso na apresentação da garantia, fica autorizada a rescisão contratual por descumprimento de obrigação essencial.

13. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

13.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

13.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

13.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

13.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

13.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

13.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

13.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do Art. 48 da LGPD.

13.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

13.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

13.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

13.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

13.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no Art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no Art. 16 da LGPD.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a EBSERH poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

14.1.1. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

14.1.2. Multa:

a) 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 3 e 4**, abaixo.

14.1.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 3 e 4:

Tabela 3

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 4

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia;	04
2	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
3	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
4	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
5	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

14.1.4. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.1.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

14.1.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento

de quaisquer tributos;

14.1.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

14.1.5.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

14.1.5.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

14.1.5.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

14.1.5.8. não manter a proposta;

14.1.5.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.5.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

15. GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)

15.1. Poderá ser exigida garantia de 10% do valor global do contrato a fim de assegurar sua execução e mitigar os riscos associados ao não atendimento do objeto contratual.

16. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. Recebimento Provisório:

16.1.1. Realizadas as visitas técnicas, executados os testes conforme cronograma, e entregues os relatórios em formato conforme item 2.4 deste TR, proceder-se-á ao Recebimento Provisório, mediante:

16.1.1.1. Verificação de conformidade dos testes realizados;

16.1.1.2. Assinatura do Termo de Recebimento Provisório por Fiscal Técnico Titular;

16.1.1.3. Prazo de verificação: até 10 dias úteis após entrega de relatórios.

16.2. Recebimento Definitivo

16.2.1. Após análise técnica completa dos relatórios (máximo 30 dias) e confirmação de conformidade com legislação ANVISA/CNEN, proceder-se-á ao Recebimento Definitivo mediante:

16.2.1.1. Assinatura do Termo de Recebimento Definitivo por Gestor de Contrato;

16.2.1.2. Autorização para emissão de Nota Fiscal e pagamento.

16.3. Critérios de Conformidade

16.3.1. Os testes serão considerados conformes quando:

16.3.1.1. - Metodologia de teste conforme protocolo nacional/internacional especificado;

16.3.1.2. - Resultados dentro de limites de tolerância conforme norma técnica aplicável;

16.3.1.3. - Relatório completo contendo todos os itens do item 2.4 deste TR;

16.3.1.4. - Certificados de calibração dos equipamentos de medição atualizados;

16.3.1.5. - Assinatura de profissional qualificado (especialista ABFM, CNES).

16.4. Não Conformidade

16.4.1. Caso relatório não apresente conformidade, será exigida reexecução dos testes pela CONTRATADA, sem custo adicional, no prazo máximo de 15 dias úteis.

17. CRITÉRIOS DE ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE

17.1. Acessibilidade

17.1.1. A contratada deverá garantir acessibilidade de seus profissionais e equipamentos aos locais de realização dos testes, considerando:

17.1.1.1. - Acesso a rampas/elevadores para áreas com mobilidade reduzida;

17.1.1.2. - Disponibilidade de horários flexíveis para atender população com deficiência ou limitações temporárias;

17.1.1.3. - Adaptação de procedimentos de teste para pessoas com deficiência visual ou auditiva (ex: explicação verbal detalhada de procedimentos).

17.2. Sustentabilidade Ambiental

17.2.1. A contratada deverá adotar práticas sustentáveis em execução dos serviços:

17.2.1.1. - Utilização de meios de transporte com emissão reduzida de carbono (preferencialmente veículos elétricos ou híbridos);

17.2.1.2. - Minimização de geração de resíduos (reuso de embalagens, descarte correto de instrumentação);

17.2.1.3. - Destinação adequada de resíduos radioativos conforme normas CNEN e legislação ambiental;

17.2.1.4. - Certificação ambiental da empresa (ISO 14001) como critério de desempate.

17.3. Responsabilidade Social

17.3.1. A contratada deverá manter conformidade com legislação trabalhista, não empregar trabalho infantil, forçado ou análogo, e manter ambientes de trabalho seguros para seus profissionais.

18. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

18.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

18.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.7. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Informamos que o presente processo do HULW-UFPA/EBSERH deverá ser atendido com Recursos do Orçamento de 2025 através da classificação orçamentária a seguir e demais fontes que vierem a compor o orçamento da unidade gestora.

- **Descrição do objeto do gasto:** SERVIÇO DE CONTROLE DE QUALIDADE E MONITORAMENTO DE ÁREAS COM RADIAÇÃO IONIZANTE
- **Funcional Programática:** 10.302.501.8585.00025;
- **PTRES:** 234193;
- **Gestão/Unidade:** 26443/155023;
- **Fonte:** 1002A003NR;
- **Natureza da Despesa:** 339039;
- **Categoria AOC:** A definir.
- **Plano Interno:** EJM50000000.

20. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E DEMAIS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

20.2. Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, com o objetivo de ampliar

a competitividade e possibilitar a participação de empresas que, isoladamente, não possuam capacidade suficiente para o fornecimento integral do objeto.

20.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Ebserh à continuidade da contratação.

21. VISTORIA TÉCNICA PRÉ-CONTRATUAL

21.1. OBJETIVOS DA VISTORIA

21.1.1. Antes da assinatura do contrato, será realizada vistoria técnica na empresa contratada para verificação de:

- 21.1.1.1. - Adequação de equipamentos de teste (especificação, calibração, rastreabilidade);
- 21.1.1.2. - Qualificação de profissionais indicados (verificação de certificados, especialização ABFM, registro CNES);
- 21.1.1.3. - Processos e metodologias de teste (conformidade com protocolos ANVISA/CNEN);
- 21.1.1.4. - Infraestrutura (laboratório, salas de teste, sistema de armazenamento seguro).

21.2. PROCEDIMENTO

21.2.1. Após homologação da licitação, será designada comissão de vistoria composta por:

- 21.2.1.1. - Fiscal Técnico Titular (Engenheiro Clínico);
- 21.2.1.2. - Representante da Unidade de Diagnóstico por Imagem;
- 21.2.1.3. - Representante da Unidade de Compras e Licitações.

21.2.2. A vistoria ocorrerá em data e horário consensual, com duração máxima de 2 horas.

21.3. RELATÓRIO DE VISTORIA

21.3.1. Será elaborado Relatório de Vistoria contendo:

- 21.3.1.1. - Constatações (conformidades e não conformidades);
- 21.3.1.2. - Documentação anexada (cópias de certificados, calibração, CNES);
- 21.3.1.3. - Recomendações técnicas;
- 21.3.1.4. - Assinatura de todos os participantes.

21.3.2. Caso identificadas não conformidades críticas, será exigida regularização pela contratada no prazo de 5 dias úteis, sob pena de rescisão antes do início da execução.

21.4. DECLARAÇÃO DE VISTORIA

21.4.1. Após vistoria bem-sucedida, será emitida Declaração de Vistoria formalizando a conformidade técnica da contratada, condição precedente à assinatura do contrato.

22. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

23. ANEXOS RECOMENDADOS

23.1. Os seguintes anexos deverão ser inclusos no processo:

- 23.1.1. - ANEXO A: Termo de Vistoria Técnica Pré-Contratual (a ser preenchido antes da assinatura);
- 23.1.2. - ANEXO B: Declaração de Qualificação Técnica da Contratada (com cópias de certificados ABFM, CNES, Alvará Sanitário);
- 23.1.3. - ANEXO C: Tabela de Preços Unitários (conforme proposta da licitante vencedora);
- 23.1.4. - ANEXO D: Cronograma de Execução (a ser acordado entre partes após assinatura);
- 23.1.5. - ANEXO E: Termo de Recebimento Provisório (modelo padrão);
- 23.1.6. - ANEXO F: Termo de Recebimento Definitivo (modelo padrão);

23.1.7. - ANEXO G: Indicadores de Resultado (IMR) – conforme item 8.13.1.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Encaminhe-se à área de licitações para início da fase de preparação da licitação.

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Diante dos Elementos Técnicos para a decisão, onde o Termo de Referência contém elementos capazes de propiciar a orientação necessária para a condução do Processo Licitatório.

Estando o processo de contratação na esfera pública regulamentado por normativas legais e visto o Termo de Referência ter os elementos necessários e determinantes para a análise;

Aprovo o presente Termo de Referência, nos termos da Portaria -SEI n.º 22, de 21 de janeiro de 2022.

(assinado eletronicamente)
André Luis Coelho Fernandes
Matrícula SIAPE: 338***
Gerente Administrativo do HULW-UFPB/EBSERH
Portaria - SEI nº 511, de 19 de dezembro de 2023

Elaborado por:

Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)
Vitor Nascimento de Carvalho Pinto
Coordenador da Equipe de Planejamento e Contratação
Matrícula SIAPE nº 299***

(assinado eletronicamente)
José Damião Inácio
Membro da Equipe de Planejamento e Contratação
Matrícula SIAPE nº 295***

(assinado eletronicamente)
Brenna Fraga de Souza Lima
Membro da Equipe de Planejamento e Contratação
Matrícula SIAPE nº 219***

(assinado eletronicamente)
Felipe Luiz Pereira do Nascimento
Membro da Equipe de Planejamento e Contratação
Matrícula SIAPE nº 313***

(assinado eletronicamente)
Hendrio Henrique de Oliveira Santiago
Membro da Equipe de Planejamento e Contratação
Matrícula SIAPE nº 238***



Documento assinado eletronicamente por **Hendrio Henrique de Oliveira Santiago, Chefe de Setor**, em 27/01/2026, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Brenna Fraga de Souza Lima, Chefe de Setor**, em 27/01/2026, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Nascimento de Carvalho Pinto, Físico(a)**, em 27/01/2026, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE LUIZ PEREIRA DO NASCIMENTO, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 28/01/2026, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Coelho Fernandes, Gerente**, em 28/01/2026, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57484824** e o código CRC **B93BE44F**.

Referência: Processo nº 23539.019691/2025-17 SEI nº 57484824